



Prefeitura de Timbó

CENTRAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 125/2024 MUNICÍPIO DE TIMBÓ

INTERESSADO: AMUSPE - Associação de Músicos Profissionais de Pomerode.

Às onze horas do décimo primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e quatro (11/07/2024), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC o Agente de Contratação designado pela Portaria n. 2021, de 15 de janeiro de 2024, procedeu à análise dos documentos constantes do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 125/2024 da Fundação Cultural de Timbó.

DOCUMENTO	FUNDAMENTO
Descrição do objeto: <ul style="list-style-type: none"> Documento de Formalização de Demanda Termo de Referência Certidão de Regularidade do Objeto Estudo Técnico Preliminar 	Art. 72 inciso I da Lei nº 14.133/21. Art. 18 inciso I e II da Lei nº 14.133/21.
Declarações orçamentárias: <ul style="list-style-type: none"> Declaração de Adequação da Despesa com a LOA,,LDO e PPA Declaração de Impacto Orçamentário e Financeiro 	Art.11, parágrafo único da Lei nº 14.133/21. Art. 72 inciso IV da Lei nº 14.133/21. Art. 16, caput, II, da Lei Complementar n.101/00. Art.17 da Lei Complementar n.101/00.
Justificativa formal do motivo característico da inexigibilidade	Art. 74 da Lei nº 14.133/21.
Razão da escolha do fornecedor ou executante	Art. 72 inciso VI da Lei nº 14.133/21.
Estimativa/Justificativa do preço (Notas Fiscais)	Art. 72 inciso II e VII da Lei nº 14.133/21.
Proposta de preços	Art. 59 da Lei nº 14.133/21.
Cartão CNPJ	Art. 68 inciso I da Lei nº 14.133/21.
Certificado de regularidade do FGTS	Art. 68 inciso IV da Lei nº 14.133/21.
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Art. 68 inciso III da Lei nº 14.133/21.
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Art. 68 inciso III da Lei nº 14.133/21.
	14.133/21.





Prefeitura de Timbó

Certidão Negativa de Débitos Municipais (Porto Alegre)	Art. 68 inciso III da Lei nº 14.133/21.
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Art. 68 inciso V da Lei nº 14.133/21.
Certidão de Recuperação Judicial	Art. 69 inciso II da Lei nº 14.133/21.
Ato Constitutivo	Art. 68 inciso II da Lei nº 14.133/21.
Declarações obrigatórias	Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal. Art. 63 inciso I da Lei nº 14.133/21.

Da análise destes documentos, observa-se que a empresa interessada AMUSPE - Associação de Músicos Profissionais de Pomerode. – CNPJ n. 03.918.310/0001-88 apresentou documentos regulares, sendo que o Agente de Contratação que subscreve a declara HABILITADA neste procedimento de Inexigibilidade de Licitação.

Ficam os interessados cientes do inteiro teor desta ata da Habilitação, para, querendo, no prazo de 03 (três) dias úteis, apresentar recurso, nos termos do art. 164, inciso I da Lei n. 14.133/21, contados a partir da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC). Nada mais havendo, encerro, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, segue assinada.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Thomaz H. N. Campregher
Agente de Contratação.

